

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000.**

**(Do Sr. Bispo Wanderval)**

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 150, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano a seguinte redação:

"Art. 150. O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º, renumerando-se os parágrafos subsequentes:

"Art. 10. ....

§ 1º No caso de empreendimentos geradores de impacto ambiental caracterizado como exclusivamente local, o licenciamento cabe ao órgão municipal competente.

§ 2º Para a emissão da licença ambiental de que trata o § 1º, o órgão municipal deve dispor de técnicos devidamente habilitados e em número compatível com a demanda existente.

§ 3º Na hipótese de estabelecimento, empreendimento ou atividade que, efetiva ou potencialmente, possa afetar espécies da fauna ou da flora listadas pela União como ameaçadas de extinção, o licenciamento, se não for federal, dependerá de anuência, prévia e motivada do IBAMA.

.....""



515FEBBB38

## **JUSTIFICATIVA**

A emenda visa melhor estabelecer as competências de licenciamento ambiental, matéria que não está hoje clara na legislação.

Sala da Comissão, em 18 de janeiro de 2006.

**Deputado SARNEY FILHO**  
**PV/MA**



515FEBBB38